REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ENTRE A EMULAÇÃO DA CORTE E A PERSISTÊNCIA DE UMA CULTURA ABERTIÇA: AS COMEMORAÇÕES DO 2 DE DEZEMBRO E 7 DE SETEMBRO NA PROVÍNCIA DE GOIÁS[1] (1840 – 1889)

ENTRE LA EMULACIÓN DE LA CORTE Y LA PERSISTENCIA DE UNA CULTURA ABIERTA: LAS CELEBRACIONES DEL 2 DE DICIEMBRE Y EL 7 DE SEPTIEMBRE EN LA PROVINCIA DE GOIÁS (1840 – 1889)

BETWEEN THE EMULATION OF THE COURT AND THE PERSISTENCE OF AN OPEN CULTURE: THE CELEBRATIONS OF DECEMBER 2 AND SEPTEMBER 7 IN THE PROVINCE OF GOIÁS (1840–1889)

Eliézer Cardoso de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
ezi2006@gmail.com

Cristiano Alencar Arrais
Universidade Federal de Goiás,
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico, Brasil.
cristiano_arrais@ufg.br

RESUMO

O tema desse artigo é a comemoração, em Goiás no século XIX, do aniversário natalício de Pedro II no dia 2 de dezembro e do dia da Independência, em 7 de setembro. Essas efemérides de cunho oficial eram celebradas por uma pequena elite letrada, já que a massa popular se interessava principalmente pelos rituais religiosos, como a escolha do Imperador do Divino Espírito Santo e do rei e rainha de Nossa Senhora do Rosário. Dialogando com a historiografia sobre a formação dos Estados nacionais, o artigo argumenta que o aniversário do rei era mais importante simbolicamente do que o Dia da Independência, embora tais comemorações tivessem pouca participação popular. Os rituais monárquicos nas festas religiosas populares reforçavam a imagem do Imperador junto à população goiana e o ritualismo provincial se empenhava em criar e manter os artefatos e instituições que denotavam urbanidade e os vínculos da Região com a Nação. Porém, para a população goiana, as efemérides oficiais constituíam cerimônias alienígenas, presenciadas por uma população que não era bestializada ou bilontre, mas que pouco valor dava aos ritos da corte. Uma cultura abertiça, em que o povo era capaz de

1 A pesquisa que resultou neste artigo foi financiada pela Chamada FAPEG 03/2022 e pela Chamada CNPq 14/2023.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

absorver novos ritos e personagens no interior de sua cosmovisão, sem indicar aderência aos valores que eram representados nas teatralizações realizadas pela adminstração provincial.

Palavras-chaves: Efemérides; Monarquia; Goiás; Cultura Popular; Cultura Letrada.

ABSTRACT

This article analyses the celebration, in 19th-century Goiás, of Pedro II's birthday on December 2nd and Independence Day on September 7th. These official anniversaries were celebrated by a small, educated elite, as the masses were primarily interested in religious rituals, such as the election of the "Imperador do Divino Espírito Santo" and the king and queen of Nossa Senhora do Rosário. Drawing on the historiography of the formation of nation-states, the article argues that the king's birthday was more symbolically important than Independence Day, although these celebrations had little popular participation. Monarchical rituals in popular religious festivals reinforced the Emperor's image among the Goiás population, and provincial rituals focused on creating and maintaining artifacts and institutions that denoted urbanity and the region's ties to the nation. However, for the people of Goiás, the official events were alien ceremonies, witnessed by a population that was neither bestialized nor "bilontre", but which placed little value on courtly rites. An open culture, the people were capable of absorbing new rites and characters into their worldview, without showing adherence to the values represented in the dramatizations staged by the provincial administration.

Key-Words: Ephemeris; Monarchy; Goiás; Popular Culture; Literate Culture

RESUMEN

El tema de este artículo es la celebración, en Goiás durante el siglo XIX, del cumpleaños de Pedro II el 2 de diciembre y del Día de la Independencia el 7 de septiembre. Estos eventos oficiales eran celebrados por una pequeña élite culta, ya que las masas populares estaban principalmente interesadas en rituales religiosos, como la elección del Emperador del Divino Espíritu Santo y los reyes de Nuestra Señora del Rosario. A partir de la historiografía sobre la formación de los estados-nación, el artículo argumenta que el cumpleaños del rey tenía simbólicamente más importancia que el Día de la Independencia, aunque estas celebraciones contaban con escasa participación popular. Los rituales monárquicos en las fiestas religiosas populares reforzaban la imagen del Emperador entre la población de Goiás, y el ritualismo provincial se esforzaba por crear y mantener artefactos e instituciones que denotaran urbanidad y los vínculos de la región con la nación. Sin embargo, para el pueblo de Goiás, las conmemoraciones oficiales eran ceremonias ajenas, presenciadas por una población que no era ni "bilontre" ni ignorante, pero que otorgaba poco valor a los ritos de la corte. Era una cultura abierta, en la que la gente podía absorber nuevos ritos y personajes en su cosmovisión, sin mostrar adhesión a los valores representados en las representaciones teatrales llevadas a cabo por la administración provincial.

Palavras-claves: Efeméride; Monarquía; Goiás; Cultura popular; Cultura letrada

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

A força simbólica das efemérides dos Estados nacionais modernos é uma constante, conforme demonstram os exemplos do 9 de julho na Argentina ou o 16 de setembro, no México. No Brasil, as principais comemorações nacionais são o 7 de setembro, o 21 de abril e o 15 de novembro. Evidentemente que essas datas se impuseram no imaginário nacional a partir de um longo processo de disputas simbólicas e de um esforço deliberado de massificação por parte das instituições do Estado.

Como acontece com quase tudo que é inventado pelos seres humanos, as pessoas tendem a naturalizar o Estado Nação, no sentido de acreditar que eles são "entidades naturais", ou seja, existiram desde sempre e são as formas mais adequadas de organização política humana. Como diz Benedict Anderson (2008: 39), isso seria consequência da "magia do nacionalismo que converte o acaso em destino", o que levou até um homem instruído como o filósofo Regis Debray a afirmar que a "França é eterna" sem considerar as profundas transformações ocorridas na conformação do estado nacional francês com as guerras napoleônicas e a franco-prussiana.

As nações ocidentais modernas não são eternas e nem possuem uma antiguidade milenar. Quando muito, consolidaram-se no final do século XVIII. A maioria surgiu no século XIX, como foi o caso dos Estados latino-americanos que emergiram após as emancipações políticas e tiveram que criar seus hinos, suas bandeiras, suas histórias nacionais e suas efemérides. As elites políticas e intelectuais desses novos países inventaram suas nações, da mesma forma como ocorreu aos principados, reinos e concessões nobiliárquicas europeias. Inventar a nação significa criar uma consciência coletiva, na qual "os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles." (Anderson, 2008: 32). Cada um dos habitantes de uma nação moderna se sente numa comunidade delimitada por fronteiras políticas reconhecíveis, mas que foram constituídas com base em pressões sociais e relações de força historicamente rastreáveis. O "Brasil", nessa perspectiva, seria um conjunto de narrativas compartilhadas que propõem a existência de uma entidade política, territorialmente demarcada, formada por pessoas que nasceram nesse território ou que optaram por viver ali e que se imaginam entrelaçadas por um destino comum.

Certamente, para aqueles nacionalistas mais convictos, como era o caso dos românticos do século XIX, as nações teriam sua própria alma ou espírito. Foi o caso de Dostoievski (Hobsbawm, 2009: 137), ao afirmar que um povo teria que acreditar "que a verdade se encontra nele mesmo" e, portanto, "uma nação que perde essa fé deixa de ser uma nação". Mesmo elaborações mais complexas, como a tese sobre a expansão da fronteira norte-americana, estão fortemente associadas ao nacionalismo do século XIX. Frederick Jackson Turner, em 1893, argumentava que a experiência da fronteira moldou a identidade nacional dos Estados Unidos e suas instituições, o que permite vislumbrar o conceito de fronteira como uma ideologia secular, instrumento forjador da individualidade, da democracia e do expansionismo, características estruturantes do mito nacional norte-americano (Turner, 1893). Para a nação Argentina, também a expansão da fronteira foi fundamental para a narrativa nacionalista. A

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Campanha do Deserto foi tomada como o processo de integração territorial no pós-independência, e também de vitória da Civilização contra a Barbárie, representada pelos distintos grupos indígenas que ocupavam o Sul do território (Alimonda & Ferguson, 2004; Passetti, 2012).

A criação de uma consciência nacional ativa nos cidadãos foi, assim, um processo lento e que envolveu múltiplas instituições, como a imprensa, a educação primária e a criação de efemérides comemorativas (Anderson, 2008:80). Mas, apesar do seu papel decisivo para a formação de uma consciência nacional, a massificação do ensino e a criação de uma literatura e imprensa nacional demoraram a ser implementadas na maioria dos Estados nacionais. Mesmo nos Estados Unidos, um dos mais precoces e de um patriotismo ritualístico mais escancarado, o "ritual diário de homenagem à bandeira", ao som do hino nacional, nas escolas primárias só foi implementado no final da década de 1880 (Hobsbawm, 1988: 155). Desse modo, nos primeiros anos de sua criação, os Estados nacionais ainda sem terem os seus símbolos nacionais consolidados, buscaram criar estratégias para reforçar a coesão nacional.

Sem capacidade de realizar uma propaganda ideológica massiva, o Estado brasileiro incentivava a comemoração das efemérides na medida em que elas constituíam momentos de congraçamento coletivo e, com isso, reforçavam a ideia de comunidade imaginada. No clássico artigo de Manoel Salgado de Oliveira (1988), podemos observar como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desempenhou um papel crucial na formação da identidade nacional, não apenas com a cunhagem de uma "história nacional" com vistas à promoção de um sentimento de continuidade e pertencimento entre os cidadãos, como também associando a nacionalidade aos ideais de civilização e progresso, próprios de uma visão eurocêntrica. Não apenas isso, segundo Manoel Salgado, o IHGB também avançou sobre a construção de símbolos nacionais, procurando reforçar a ideia de uma nação coesa e homogênea, que conciliava a herança colonial com as aspirações de um país moderno e civilizado. Sobre este ponto, o trabalho de Noé Sandes (2000) é preciso ao demonstrar como as efemérides foram utilizadas como instrumentos de construção da identidade nacional. Ele argumenta que essas celebrações ajudaram a consolidar, na memória coletiva, o nacionalismo emergente no Brasil, especialmente após a independência e, por isso, as comemorações de eventos históricos, como a Proclamação da Independência, foram essenciais para fortalecer o sentimento patriótico e a coesão social. Nesse sentido, é preciso observar com atenção as escolhas sobre quais efemérides recaem. Elas indicam as narrativas históricas que as elites desejavam promover, uma vez que essas escolhas influenciaram a maneira como a história do Brasil foi interpretada e ensinada, moldando a percepção pública sobre a nação.

Uma das estratégias para criar uma "comunidade imaginada" crível para os cidadãos foi impor-lhes uma alteração no calendário. O Estado nacional, para que sua narrativa fosse convincente, precisaria de uma nova concepção de tempo. De acordo com Norbert Elias, os sacerdotes foram "os primeiros especialistas da determinação ativa do tempo". Mas depois tiveram que dividir essa função com os funcionários dos reis e, na "luta entre sacerdotes e reis pela supremacia deu

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

a vantagem a estes últimos, o estabelecimento do calendário tornou-se, tal como a cunhagem da moeda, um monopólio do Estado" (Elias, 1998: 45).

Contudo, alterar o calendário sempre foi algo melindroso. O próprio Elias cita o exemplo da resistência encontrada pelo rei francês Carlos IX em impor o dia 1º de janeiro, em substituição ao dia da Páscoa, como início de um novo ano. Por isso, com exceção de momentos de efervescência social, como foi o caso da Revolução Francesa, quando se tentou criar um novo calendário, os Estados nacionais raríssimas vezes intentaram mudar radicalmente a maneira de computar o tempo. Em regra geral, os estados nascentes aceitaram o calendário gregoriano, adicionando a ele algumas efemérides comemorativas. Também a República da China, em 1912, adotou o calendário gregoriano como o calendário oficial, em paralelo com o calendário lunar que havia sido utilizado por séculos, visando, com isso, alinhar o país às práticas internacionais de comércio europeu. Após anos de vigência dos dois calendários, a República Popular da China, em 1949, sob a liderança de Mao Tsé Tung, difundiu o calendário gregoriano em todas as esferas da vida cotidiana, incluindo a educação, a administração pública e as atividades econômicas (Meisner, 1999; Fairbank, 1998).

Face a tais experiências, pensamos ser produtivo cotejar as estratégias elaboradas em países como o Brasil que, desde 1822, tornou-se oficialmente uma nação e, ao mesmo tempo, não contava com a massificação do ensino, com uma literatura nacional vigorosa e com uma ideologia secular que simbolizasse uma visão unificada de país. Nossa hipótese é que, no caso brasileiro, a consciência nacional foi atrelada primeiramente à pessoa do monarca e à tradição religiosa católica e só posteriormente os símbolos puramente nacionais foram ganhando mais consistência.

Considerando essas questões, o objetivo deste artigo é analisar a comemoração de duas dessas efemérides na província de Goiás, durante o Segundo Império: o 2 de Dezembro, aniversário natalício do Imperador Pedro II; e o 7 de Setembro, comemoração da Independência da Nação, comparando-as com os rituais religiosos católicos da província. Essa estratégia comparativa está fundamentada no reconhecimento do papel desempenhado pela religião da estruturação das relações sociais e políticas do Império, sobejamente descrito na historiografia brasileira. Por um lado, longe de ser entendida como uma herança colonial, a moralidade cristã exercia a função de motor de transformação social, auxiliando no processo de cunhagem da identidade social do Império, após a Independência, seja por meio dos preceitos morais, pela promoção e regulação das condutas sociais, ou mesmo pela simbologia associada ao culto imperial. A educação religiosa, por exemplo, foi vista como essencial para moldar cidadãos que respeitassem a ordem social e política, promovendo um ideal de nação. O cristianismo também foi utilizado como uma ferramenta para legitimar o Estado. Os primeiros manuais escolares, por exemplo, promoviam uma visão providencialista da história, onde a moral cristã era apresentada como a base para a civilização e a organização social. (Narita, 2017, Farias Jr & Guimarães, 2020; Schwarcz, 1998). Também na própria estrutura do Estado Imperial, é notável a proporção de clérigos ocupando cadeiras nas legislaturas, especialmente até o Primeiro Império, quando os padres se tornaram figuras centrais nas comunidades, preenchendo os

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

vazios deixados pela autoridade civil. Além disso, em um país com alta taxa de analfabetismo, os clérigos eram frequentemente convocados a participar da administração pública, fazendo dos mesmos os candidatos mais adequados para cargos públicos, especialmente nas áreas rurais e menos urbanizadas. Importa ressaltar que a própria Constituição de 1824 e os decretos associados permitiram um papel ativo dos sacerdotes nas eleições, naturalizando a associação entre práticas religiosas e políticas e conferindo ao clero certas ferramentas capazes de influenciar na condução dos negócios do Estado. O regalismo advindo do regime do Padroado demonstra, na prática, a relação orgânica entre os representantes do poder eclesiástico e a estrutura administrativa do Império. (Oliveira Souza, 2008).

A escolha de Goiás é estratégica, pois permite avaliar o impacto dessas efemérides, num dos lugares mais distantes do controle burocrático do Império. Goiás, portanto, é um caso limite que atesta ou não a força das efemérides na consolidação do Estado nacional no imaginário coletivo. Acreditamos que esse tipo de celebração, não apenas comemora o passado, mas também molda a percepção coletiva acerca da identidade e da cultura. Conforme sabemos (Arrais, 2022), as comemorações exercem um papel crucial na constituição da identidade, proporcionando uma oportunidade para a reflexão sobre a história, promovendo a memória coletiva e reforçando os laços sociais. Mas também podem ser encaradas como oportunidades de transgressão da experiência, quando as narrativas oficiais podem ser desafiadas e narrativas alternativas são apresentadas, criando um espaço propício para a inclusão de vozes historicamente marginalizadas. Podem também agir como facilitadoras de processos de conciliação ao trazer à tona discussões sobre conflitos históricos, promovendo um entendimento mais abrangente e inclusivo da identidade regional. Elas constituem práticas significativas que influenciam a maneira como os indivíduos se percebem e se relacionam com sua história, contribuindo para a formação de uma identidade rica e multifacetada. Nossa análise, portanto, aplica um “teste de força” à tese consagrada sobre a relação de dependência entre a elaboração das efemérides e a formação das identidades coletivas lançada por Benedict Anderson.

As festas do Espírito Santo: viva o imperador do Divino

Sabe-se que a monarquia sempre foi um regime muito popular, predominante entre as nações por milhares de anos, especialmente nos estados que se formaram na esteira da expansão do cristianismo: a adjetivação da divindade cristã, expressa na Bíblia, como “Rei dos reis e Senhor dos senhores” deixa implícito que é esse o regime existente no Céu, o que serviu para reforçar o argumento dos teóricos que defendiam o caráter sagrado do rei na época do absolutismo monárquico europeu. Certamente, a população de Goiás desconhecia o que um Jacques Bossuet ou um Jean Bodin pensavam sobre a monarquia e poucos habitantes possuíam as faculdades intelectuais ou mesmo o interesse em fazer uma análise teológica das Escrituras. Ao mesmo tempo, a relação com o sagrado era construída por meio de práticas religiosas que eram

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

transmitidas entre gerações, como procissões, hasteamento de bandeiras de santos e romarias, mormente vinculados aos calendários rituais das irmandades[2]. Tais práticas constituíam um acervo cultural estruturante para os habitantes da província. Até o início do século XIX, aproximadamente ¼ dos dias do ano eram "santificados", 91 dias – excluindo deste cômputo as atividades preparatórias a festejos e procissões, razão pela qual Moraes (2012: 76), observa que as irmandades foram o "primeiro embrião do enraizamento e da sociedade de homens e mulheres, livres e escravos, que se radicaram nos sertões dos Goyazes".

As mais populares dessas devoções religiosas colocavam a monarquia no centro do ritual, como era o caso da Festividade do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário. A primeira era geralmente organizada por brancos e pardos e os seus elementos principais foram bem descritos pelo frade francês Michel Berthet, que esteve em Goiás nos anos de 1883 e 1884:

> O personagem principal da festa é conhecido com o nome de "Imperador do Divino". É ele quem participa das honras prestadas ao Espírito Santo, pois muita gente ignora quem seja o Espírito Santo. O Imperador é tirado por sorte e a sorte, que é cega, escolhe indistintamente ricos e pobres. No dia seguinte, antes da missa, as confrarias, precedidas pela música, vão até a casa do Imperador, colocam o diadema na sua cabeça, o cetro na mão e o conduzem até a igreja, sob o pálio. O Imperador vai então sentar-se no trono para ele preparado, recebe as honras de incensação (Berthet, 1982: 150).

Imperadores, reis e rainhas, com suas coroas, cetros e séquitos faziam parte do cotidiano da população goiana. Essa familiaridade advinda com os rituais religiosos foi fundamental para a popularidade do regime monárquico, pois uma população acostumada a gritar "vivas" para os seus reis, rainhas e imperadores "postiços" saudaria com entusiasmo um monarca verdadeiro: "havia uma mentalidade monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriada de concepções africanas de lideranças, reforçadas numa colônia e depois num país governado por cabeças coroadas", como bem observou João José Reis (1996: 32).

Aliás, a própria escolha do termo "imperador" para designar o monarca brasileiro, além de diferenciar-se do termo "rei" usado em Portugal e ser coerente com as ambições militares de Pedro I, foi escolhido por motivos religiosos.

> O argumento final, porém, faria parte de uma lógica particular: José Bonifácio, o grande artífice da Independência, teria convencido o jovem monarca alegando que o povo já conhecia o termo – há muito

2 *Irmandade religiosa*, refere-se a grupos ou confrarias formadas por indivíduos que se uniam com o propósito de promover a prática da fé, a caridade e a assistência mútua. Essas irmandades eram comuns nas comunidades católicas, frequentemente realizavam atividades litúrgicas, como missas e procissões, e eram responsáveis pela manutenção de cultos a santos específicos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> tempo a população elegia a cada ano um imperador do Divino, menino que com sua graça emprestava o nome ao santo (Schwarcz, 2001: 09).

José Bonifácio percebeu que o povo brasileiro, em seu cotidiano, fazia festas em homenagem ao imperador, mas não propriamente à autoridade política, e sim à autoridade religiosa, escolhida anualmente para ser o organizador da festa do Divino Espírito Santo. Sobre essa festividade, no ano de 1874, o jornal da capital da Província afirmou:

> [...] nada faltou para ser considerada como uma das melhores que se tem visto na província. O festeiro (ou Imperador, soa melhor aos ouvidos), o Sr. Major Caetano Nunes da Silva envidou os maiores esforços para sair-se bem e excedeu, neste ponto, a toda e qualquer expectativa, quer no brilhantismo da festa, quer na grande concorrência que atraiu para todos os atos, mesmo aos do jantar popular durante o dia e o baile à noite, oferecidos em sua casa. Só não tomou parte na festa que não quis; o que lhe deu um caráter popular muito interessante. Nem os pobres, nem os presos da cidade ficaram excluídos da partilha (Correio Oficial, 30 Maio 1874, p. 5).

Organizada a partir de contribuições voluntárias, a festa do Divino, além de ser muito inclusiva, era bem diversificada, com os eventos religiosos alternando-se com os profanos.

Algo que não podia faltar nas festividades populares era a abundância de comida. Cunha Mattos esteve, em junho de 1824, na celebração do Divino Espírito Santo no arraial de Arraias e ficou impressionado com a fartura: "Encontrei novilhos e porcos inteiros a assar em grossos espetos de pau sobre brasidos enormes; as galinhas e leitões não tinham conto; enfim eram as Bodas de Camacho!". Em Arraias, escolhia-se uma criança como Imperador, mas, no que tange à sua pouca idade, era tratado com muita deferência ritualística.

> O Menino Imperador mui alvo, louro, galante, e vestido com muito asseio, marchava dentro do quadrado feito de quatro varas, levando a coroa na cabeça, e cetro na mão direita. O que servia de alferes-mor conduzia a Bandeira; o condestável a Espada do Estado, e o camareiro-mor levava a Cauda da Capa ou Manto Imperial, que era uma coberta de damasco (Cunha Mattos, 2004: 174).

À Festa do Divino Espírito Santo era seguida imediatamente de uma festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário, organizada por escravos, negros libertos ou pardos que escolhiam um casal de rei e rainha. Em Arraias, Cunha Mattos observou que

> Convidado pelos dois reis e rainhas do Rosário [...] a fim ver a festa do Reinado. [...] A missa cantada começou depois do meio-dia: os Reis e Rainhas, vestidos por modo impróprio de tais personagens, mas

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> ataviados de coroas e cetros, eram homens e mulheres pardas (Cunha Mattos, 2004: 175).

Por meio desses eventos religiosos, a população goiana familiarizava-se com os ritos e símbolos da monarquia, como a coroa real, a bandeira da nação, a indumentária específica do monarca. Cerca de seis anos antes da festa descrita por Cunha Mattos, o viajante austríaco Emanuel Pohl ficou impressionado com o prestígio simbólico do Imperador na Festa do Divino em Santa Cruz.

> Finalmente, dirigimo-nos, precedidos pela tropa, à residência do imperador. Ele estava sentado em sua sala, sob um dossel, todo de preto, com uma coroa de papel e um cetro pintado. Descia-lhe dos ombros um manto e da botoeira pendia um crucifixo de latão. Cada pessoa que entrava devia dobrar o joelho diante dele. Evidentemente não me furtei a essa cerimônia. Então cada um dos presentes recebeu um cajado branco de pouco mais de 1 metro de comprimento, com o qual os notáveis, entre os quais me colocaram, formaram um quadrado em torno do imperador. Um pajem sustinha a cauda do manto e assim se pôs o cortejo em movimento. Na frente, era levada a bandeira do Espírito Santo (Pohl, 1976).

Em consonância com essas observações, Machado de Assis, no conto "A Parasita Azul", cujo enredo se passa na vila goiana de Formosa de Imperatriz, demonstrou o quanto ser Imperador do Divino era importante em Goiás.

> O festivo imperador estava literalmente fora de si. Ao peito rutilava uma vasta comenda da Ordem da Rosa, que lhe não ficava mal. Mas o que excedeu a toda a expectação, o que pintou no rosto do nosso Camilo a mais completa expressão de assombro, foi uma brilhante e vistosa coroa de papelão forrado de papel dourado, que o tenente-coronel trazia na cabeça. É ponto duvidoso, e provavelmente nunca será liquidado, se o tenente-coronel Veiga preferia naquela ocasião ser ministro de Estado a ser imperador do Espírito Santo (Machado de Assis, SD: 176-246).

Com sua peculiar ironia, Machado de Assis faz uma sofisticada análise dos rituais simbólicos, ao comparar uma coroa de papel com uma das mais importantes comendas honoríficas do Brasil e pressupor que a participação no ritual religioso era equiparável ao cargo de ministro imperial.

Os imperadores do Divino e reis e rainhas do Rosário possibilitavam um cruzamento entre o sagrado e o profano que foi fundamental para aumentar o prestígio da monarquia brasileira. Em concordância com isso, Iara Liz Carvalho Souza (Souza, 1999: 214) afirma que

> Desta maneira, pode ser interessante compreender a configuração geral dessas festas que se delineiam por um caráter cívico, embora não

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> dispensem o traço religioso, ao recorrerem às metáforas cristãs, aos anjos, dias santos, missas e *Te Deum*, sem perder de vista aquilo no que se poderiam distinguir.

Nessa lógica, na mente popular, Dom Pedro II talvez fosse visto como "o rei dos reis e senhor dos senhores", um monarca que foi aclamado e sagrado, com poder vitalício, estando, portanto, acima dos seus congêneres, escolhidos por sorteio e com mandato anual. Nesse caso, destaca-se a especificidade de Goiás, lugar onde os rituais de coroação de negros ou mestiço permaneceu forte por todo o século XIX, diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde, desde a década de 1820, as autoridades públicas "cercearam a Coroação do rei e da rainha de congo, sob a alegação de que a civilização precisava transcorrer contra e condenando aqueles costumes bárbaros e antigos" (Souza, 1999: 232). Desse modo, a monarquia, entranhada nos rituais do catolicismo popular, substituía os símbolos abstratos da nação. A Festa do Divino e do Rosário permitiam aos habitantes da Provincia de Goiás, mesmo sem ver o rei, imaginar e projetar em seus ritos comunitários o poder da realeza e cultivar o caráter sagrado de seu cargo.

O 2 de dezembro: viva o imperador!

A criação de uma nova nação, mesmo utilizando como referência o arcabouço político e jurídico colonial, não foi uma tarefa fácil. Mas ela foi facilitada pela homogeneidade cultural da elite brasileira, decorrente de uma formação comum na Universidade de Coimbra, o que facilitou formar um consenso mínimo sobre os princípios básicos do novo país (Carvalho, 2022).

Contudo, mesmo com essa visão homogênea da elite, o novo país enfrentou enormes desafios que colocaram em risco a sua integridade territorial. Menos de dez anos depois de sua implantação, o regime monárquico constitucional entrou numa grave crise com a Abdicação de Pedro I, em 1831, que resultou numa série de revoltas e movimentos sociais, a maioria deles de cunho separatista. A crise só foi debelada com o Golpe da Maioridade, quando a elite política brasileira apostou suas fichas no prestígio da monarquia para manter a estabilidade social e política. Para José Murilo de Carvalho (2007: 43), esperava-se com isso "que a legitimidade centenária da monarquia congregasse a população do país".

A grande força política da monarquia situava principalmente nas suas pompas e rituais.

> É por isso mesmo que a maioridade e o ritual de coroamento e de sagração de Pedro II deviam ser cercados de requintes e cuidados próprios aos negócios estratégicos de Estado. A celebração era tão grandiosa que deveria superar o exemplo Bragança e aproximar-se dos padrões dos Habsburgo, que em termos de monarquia ditavam normas nesse momento (Schwarcz, 2001: 29).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A coroação e a sagração do imperador foram acontecimentos memoráveis. Mesmo na longínqua província de Goiás, numa viagem que de ida e volta não durava menos de um ano, partiram "rumo ao seleto evento alguns membros da elite regional – com decisiva contribuição na costura do tecido político que uniu essa porção do território ao emergente modelo de Estado saquarema" (Costa, 2021). Compunha a comitiva goiana o comendador Antônio de Pádua Fleury e sua esposa Augusta Rosa de Pádua Fleury, o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e sua filha Maria Teodolinda. Os goianos e goianas devem ter ficado deslumbrados com o luxo da coroação do Imperador, para a qual foi construído um edifício provisório – denominado de Varanda – que consumiu um mês do orçamento imperial (Schwarcz, 2001: 21).

Pouquíssimos goianos tiveram a oportunidade de ir a Corte ver o rei pessoalmente. Os outros menos afortunados só concebiam a monarquia por meio de relatos de terceiros ou por de algum registro visual. Desde o Ato Adicional de 1834, os presidentes da província foram obrigados a produzir um relatório que era lido na abertura das assembleias provinciais, cujo primeiro tema era um informe sobre a Família Real. Tratava-se de uma obrigação protocolar, mas que alguns presidentes executaram com tal desvelo que beirava a pieguice. Em 1º de outubro de 1840, o presidente da Província, Assis Mascarenhas informou aos deputados e outros ouvintes sobre a Coroação do Imperador com as seguintes palavras:

> Consultai vossos corações e achareis o risonho futuro de felicidades, que nos oferece o Memorável e Venturoso Dia 23 de Julho, marcado, não pelos homens, mas pela Providência Divina, para formar uma das mais brilhantes épocas da História Brasileira (Assis Mascarenhas, 1840: 04).

A fala de Mascarenhas foi proferida no Palácio Conde dos Arcos, onde havia um quadro do Imperador que estava disposto em local de destaque no recinto onde se reuniam os deputados. Após finalizar o seu discurso, o presidente bradou: "Viva Sua Majestade, o Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo. Viva Sua Majestade, o Senhor Dom Pedro Segundo. Viva sua Majestade o Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo", ao que foi respondido por "vivas" dos demais presentes.

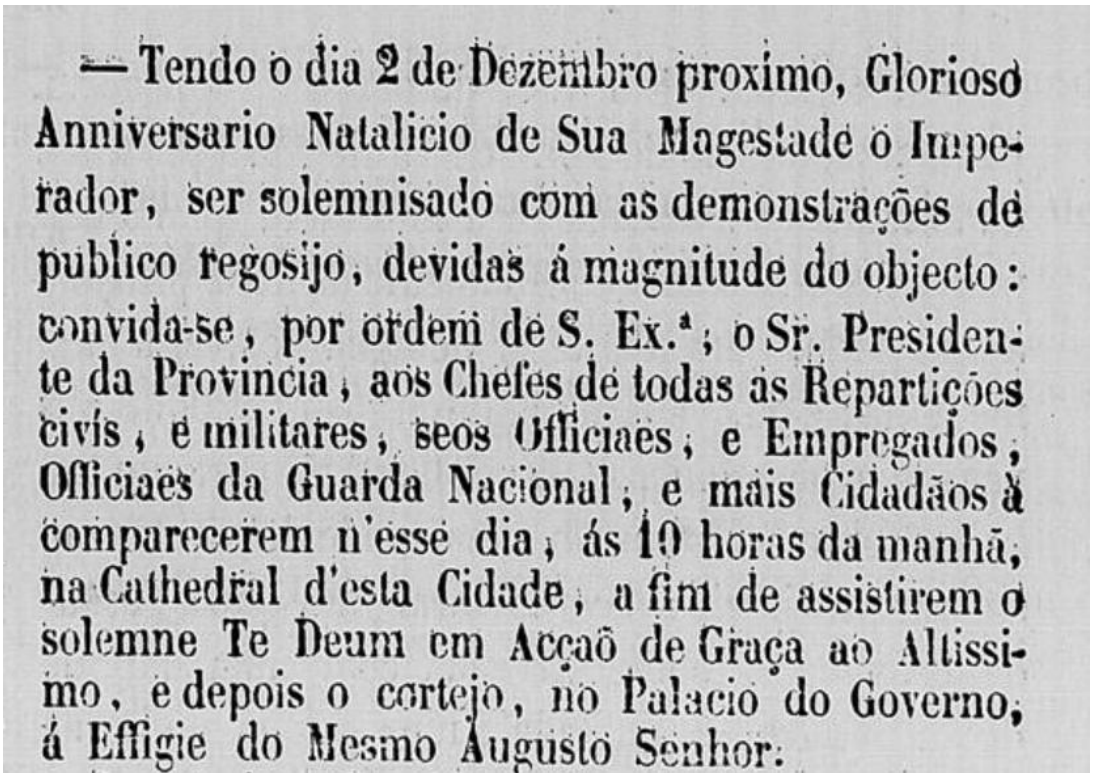
Tentava-se reproduzir, em frente à efígie, a situação que ocorria na Corte, quando o Imperador assistia à abertura da Assembleia Geral. Era um meio de contornar o isolamento geográfico da província e colocá-la em sintonia com as outras que, em algum momento, receberam pessoalmente o monarca. Pouco mais de seis anos depois, ao saber de uma viagem do rei e da rainha para a província do Rio Grande do Sul, o presidente Joaquim Ignácio Ramalho (1º Maio. 1846, p. 4) exclamou esperançoso: "Preza aos Céus que a esta Província caiba à glória de ser abençoada com a presença de tão augustas personagens".

Mas a presença do monarca em solo goiano foi uma dádiva que os habitantes da Província não receberam dos Céus. Mesmo assim, o Imperador era tratado com deferência pelos goianos mais ilustrados. No arraial de Anicuns, no dia 2 de dezembro de 1838, a Guarda Nacional foi convocada para a preparação de um evento que, nas palavras do comandante, tudo seja

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

"executado com a mais plena satisfação em demonstração viva de que somos fiéis e reverentes súditos do nosso mui amado Imperador do Brasil, o Senhor Dom Pedro Segundo." (Correio Oficial, 3 nov. 1838, p. 4). É curioso que, nesse ano, o monarca ainda nem havia sido coroado, mas já havia, no pequenino arraial do interior de Goiás, um enorme esforço pelo reconhecimento da legitimidade do seu poder. Mesmo em outras províncias, onde a convulsão social estava deflagrada, os registros são similares, como no Pará, onde os cabanos, em 1835, lutavam para se separar do país, mas gritavam vivas a Pedro II, ou no Maranhão, onde os balaios, em 1837, soltavam gritos de vivas ao Imperador criança (Carvalho, 2007: 43).

Tais indícios demonstram como buscava-se diminuir as distâncias simbólicas entre as Províncias e a Corte, procurando reproduzir rituais que eram realizados no Rio de Janeiro, como no caso do aniversário do Imperador, no dia 2 de dezembro. Na capital de Goiás e em algumas outras localidades, o natalício do Imperador era uma data levada bem a sério. Em 1853, o convite para uma festa solene teve o seguinte teor:



— Tendo o dia 2 de Dezembro proximo, Glorioso Anniversario Natalicio de Sua Magestade o Imperador, ser solemnisado com as demonstrações de publico regosijo, devidas á magnitude do objecto: convida-se, por ordem de S. Ex.ª; o Sr. Presidente da Provincia, aos Chefes de todas as Repartições civis, e militares, seos Officiaes; e Empregados, Officiaes da Guarda Nacional; e mais Cidadãos á comparecerem n'esse dia; ás 10 horas da manhã, na Cathedral d'esta Cidade, a fim de assistirem o solemne Te Deum em Acção de Graça ao Altissimo, e depois o cortejo, no Palacio do Governo, á Effigie do Mesmo Augusto Senhor.

Figura 1: Correio Oficial, Província de Goiás. 26 de novembro de 1853, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pagfis=278 Acesso em: 29, abril, 2026.

A retórica do convite é marcada por expressões bajulatórias – "glorioso aniversário", "público regozijo", "magnitude do objeto" – uma prática comum nas monarquias absolutistas que sobreviveu em algumas monarquias constitucionais. Cláudia Regina Callari (2001: 64) mostrou

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

o quanto Pedro II era incensado por alguns dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, citando o exemplo de Sacramento Blake que, a propósito da viagem do Imperador a Europa, em 1888, propôs uma moção "de simples saudade, porque esta palavra exprime um sentimento duplo, a mágoa motivada pela ausência do objeto que se ama e nos merece toda a estima e respeito, e o desejo ardentíssimo de se tornar a possuir esse mesmo objeto". Esse discurso adulatório era comum e foi empregado pelo presidente da província de Goiás José Rodrigues Jardim (1841: 03), quando se referiu ao "Ato de Sagração e Coroação do Melhor dos Soberanos, desse Anjo Tutelar em quem estão depositadas as esperanças todas dos Brasileiros que já principiam a gozar os benefícios de seu Coração piedoso."

Outra informação relevante expressa no convite é o formato da solenidade. Primeiramente, haveria uma missa na Catedral de Nossa Senhora de Santana, na Cidade de Goiás, na qual se cantaria o tradicional *Te Deum laudamos*, um hino específico para momentos de júbilo e agradecimento por uma dádiva especial. Após a missa, os presentes se dirigiriam ao Palácio Conde dos Arcos, situado nas proximidades. Uma igreja e um palácio eram os locais centrais da solenidade, confirmando a simbiose entre religião e política que caracterizava o Segundo Império. A monarquia brasileira apoiou-se nos símbolos e rituais católicos para melhor legitimar a sua dominação.

Certamente, a comemoração do aniversário do Imperador não era uma festa de rua para usufruto das massas, mas sim uma festa de salão para um público mais seleto. Contudo, no percurso entre a Catedral e o Palácio, os presentes na cerimônia utilizavam a rua, tornando, nesse momento, a cerimônia mais aberta. No convite de 1853, há apenas referência a um cortejo, mas em outros anos, o cortejo foi mais elaborado, acompanhado por bandas de músicas e salvas de tiros. Na comemoração do ano de 1869,

> Ao meio-dia houve cortejo à Sua Augusta Efígie, sendo este ato bastante concorrido. Uma guarda composta de praças do bem disciplinado e escolhido 2º corpo de caçadores a cavalo, fez as honras de estilo. Á noite percorreu as ruas da cidade a banda de música, [havendo] iluminação nas repartições públicas e em numerosas casas particulares (Correio Oficial, 4 Dez. 1869, p. 4)

A presença dos soldados deixava a solenidade ainda mais complexa, pois, além da sua semelhança a uma procissão religiosa, assemelhava-se também a uma parada militar. Roberto DaMatta (1997) classificou as festividades de rua brasileiras em três tipos: as paradas militares, bastante hierarquizadas e ordenadas, nas quais o povo era basicamente expectador; os carnavais, um evento espontâneo e popular; as procissões, em que há uma hierarquização e ordenamento realizado pela Igreja, mas que permitia a participação popular. No caso do aniversário de Pedro II, além de poder ver a banda passar, os vilaboenses podiam contribuir com a cerimônia, iluminando as suas casas. Esse era um costume de longa data no Brasil, sendo que, por ocasião do nascimento de Pedro II, "as casas iluminaram-se durante quatro dias" no Rio de Janeiro (Carvalho, 2022: 12). Como na capital de Goiás não havia iluminação pública em 1869, as velas de ceras ou as candeias a óleo nas janelas e portas devem ter literalmente iluminado o evento.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A iluminação não possuía apenas um caráter estético, uma vez que indicava o prestígio social do proprietário e a sua integração num ritual seletivo. Iara Lis Souza, referindo-se ao Rio de Janeiro, mostrou que

> a iluminação tentava despertar o interesse e a participação da assistência, para ver, ouvir, cantar, dançar e, paralelamente, divulgava a figura do monarca. Além disso, tornava visível a distinção social daquele que a financiava. Quanto mais duradoura e mais bela ela fosse, maior a distinção pública do benemérito senhor (Souza, 1999: 220).

Também era executado o *Te Deum* solene "com grande concorrência e onde se distinguiu a música de coro – pelo fato de diversas jovens se prestarem a cantar solos, dando-lhes ótima execução, principalmente a Exma. Sra. D. Anna Francisca Xavier de Barros" (Correio Oficial, dez. 1872). O ponto final da cerimônia era, como deixou explícito o convite do ano de 1876, contemplar a "Efígie do mesmo Augusto Senhor na sala do dossel do palácio do governo" (Correio Oficial, 22 Nov. 1876, p. 1). Segundo Lilia Schwarcz (2009: 10), para que o plano das elites de usar a monarquia como catalisadora da unidade nacional funcionasse "foi necessário 'caprichar' na propaganda da monarquia, e espalhar muito e por todos os cantos a imagem de d. Pedro II". Alguns desses retratos do Imperador chegaram a Goiás e, no Palácio Conde dos Arcos, uma sala foi preparada exclusivamente para abrigar o tão valorizado artefato. Graças ao informe do presidente da província Antônio Augusto Pereira da Cunha (1857: 22), é possível ter uma noção da configuração dessa sala:

> Pelo negociante João José de Souza Azevedo vem remetidos, a pedido meu, para a sala do dossel um Retrato de Sua Majestade, o Imperador, sedas, galões e franjas de ouro, tapete para os degraus do trono, papel bom para forro das paredes e tapete para o pavimento da sala, cujo assoalho está bastante danificado.

Atualmente um museu, há no Palácio Conde dos Arcos, na Cidade de Goiás, um retrato de Pedro II, pintado pelo artista João Maximiano Mafra. No quadro não consta a data da pintura, mas a imagem é condizente com a aparência de Pedro II, por volta do ano de 1857, um indício de que se trata do quadro encomendado por Pereira da Cunha.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Fig. 2 – Retrato de Pedro II – Quadro de João Mafra no Museu Conde dos Arcos, Goiás. Fonte: Fotografia dos autores, 2024.

A sala em que estava o retrato do Imperador foi decorada para simular o luxo e a pompa da monarquia. A imagem do Imperador possuía uma importante função simbólica, que foi descrita por Iara Lins Souza, ao falar dos retratos de Pedro I:

> Se D. Pedro não conseguia percorrer todo o país, seu retrato supriu esta necessidade, levando-o a toda parte e suscitando um acontecimento que fugia da rotina, hierarquizava a sociedade local e marcava-se por um caráter litúrgico. Cultuava-se a ordem pública ao arregimentar a tropa, ordená-la num desfile, onde cada qual tinha um lugar fixo (Souza, 1999: 263).

Parece que posteriormente foram acrescentados quadros representando outros membros da família real. Joaquim Leite de Moraes (1882:69) não gostou nem um pouco dos ornamentos do lugar: "Em seguida à sala da recepção temos a do dossel, a coisa mais ridícula que temos visto e em cujas paredes estavam suspensos alguns retratos da Família Real Bragantina,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

horrorosamente pintados, repugnantes caricaturas." Como Leite de Moraes não fez nenhuma referência crítica ao quadro do Imperador, pressupõe que o mesmo satisfazia as suas exigências estéticas.

A sala onde ficava o quadro de Pedro II era de pequena dimensão, o que limitava o público que participava do encerramento da comemoração do natalício do Imperador. Tudo indica que esse era um momento seleto para poucos convidados, conforme deixa implícito um convite para a solenidade no ano de 1876.

> Da ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Presidente da província, são convidados o Clero, empregados públicos, oficialidade da guarda nacional e do exército e todos os mais cidadãos grados para no dia 2 de Dezembro próximo futuro aniversário natalício de S. Majestade, o Imperador (Correio Oficial, 22 Nov. 1876, p. 1).

Não se sabe o que os convidados faziam nesta sala, no encerramento da cerimônia de aniversário. O mais provável é que houvesse os brados comuns nesse tipo de celebração – "viva o Imperador Pedro II" ou "viva à Nação brasileira – respondidos em coro pelos presentes. A partir da década de 1870, quando a elite goiana nativa se organizou numa oposição mais efetiva aos presidentes de província, o 2 de Dezembro passou a se caracterizar mais como um ato político do que patriótico. Político no sentido pequeno do termo, envolvendo as disputas de poder no ambiente provincial que transformaram a presença na solenidade mais em uma confirmação à lealdade ao presidente da província do que em respeito ao Imperador. O jornal *O Goyaz*, de propriedade da família Bulhões, deixou isso claro, ao criticar a data natalícia imperial em 1885:

> Espalhou convites por toda capital para se assistir o Te Deum que mandou celebrar pelo aniversário do Sr. D. Pedro 2º, e como era de esperar, o fiasco foi completo! O chefe da patuleia levado pelos 15 do diretório e mais uns voluntários, recrutados das repartições públicas, julgou-se cercado da aura popular e caminhou para o templo, a fim de render graças ao Onipotente pelo incompreensível favor de um governo e monarca, que permitem um incapaz, como ele de exercer as altas e escrupulosas funções de administrador (O Goyaz, 12 Dez. 1885, p. 1)

Palavras duras contra Júlio Barbosa de Vasconcelos que, na condição de terceiro vice-presidente, administrava a província naquele momento. Por trás das picuinhas políticas e constante instabilidade administrativa – entre 1880 e 1889 a Província teve 15 Presidentes, sendo a "obscura administração" de Julio Barbosa um desses casos em que, como 3º vice-presidente, assentou-se na administração provincial por pouco mais de 3 meses, sendo acossado pelos Bulhões e sua máquina de guerra liberal, *O Goyaz* (Arrais & Oliveira, 2025) – percebe-se que a comemoração do aniversário de Pedro II era um evento voltado para a elite letrada. Ao contrário das festividades do Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário, caracterizadas por um intenso envolvimento popular, apenas um seleto grupo de desfilava pelas ruas calçadas de

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

pedras da capital, num cortejo que culminava com os vivas ao Imperador numa sala do palácio provincial.

O 7 de setembro: viva à nação brasileira!

O caminho para que o 7 de Setembro se tornasse a principal efeméride cívica do Brasil foi cheio de percalços. Para Maria de Lourdes Viana Lyra, a data foi preterida ao 12 de Outubro, dia do natalício e da aclamação do Imperador que, inicialmente, foi considerada o marco da origem da nação brasileira. Os desgastes políticos de Pedro I que culminaram em sua abdicação em 1831 foram gradativamente retirando a importância simbólica do Dia da Aclamação e consolidando o evento do Ipiranga como data cívica por excelência. Desse modo,

> Resta observar que após 1829 as obras de viajantes e cronistas [...] já aceitavam o Sete de Setembro como marco inconteste da proclamação da Independência, embora a maioria não tenha deixado de se referir ao 12 de outubro, apontando-o como um outro marco da ruptura entre o Brasil e Portugal (Lyra, 1995: 212).

Hendrik Kraay expressa uma pequena discordância com Viana Lyra, ao afirmar que "a julgar pelas comemorações ocorridas no Rio de Janeiro, o Sete de Setembro foi, por um curto período, ofuscado pelo 12 de Outubro, mas em meados da década já viria a obter a mesma importância" (Kraay, 2000: 54). Seja por sua ascensão ocorrida de modo precoce ou um pouco mais demorada, é certo que o Sete de Setembro disputou espaços com outras datas vinculadas a monarquia. Para Noé Sandes (2000: 33)

> Sem dúvida alguma, a partir do centenário da Independência, o grito de Ipiranga foi sacralizado com base na ação do mesmo Instituto Histórico, que elaborou a memória da Monarquia no século passado. A década de 1920 foi momento privilegiado de refazimento da memória, fundido em um só conjunto a história imperial e republicana e ratificando, dessa forma, a importância da Monarquia na formação política brasileira.

O autor demonstra que a data aparece, sem muito destaque na obra de José da Silva Lisboa, de 1827, e ganhou um realce maior num texto do major Francisco de Castro e Melo, em 1864, mas foi preterida pelo 12 de Outubro na *História da Independência do Brasil*, de Varnhagen. Contudo, isso não significa que a data era desprovida de importância no período imperial. O *Almanak Geral do Império do Brasil* do ano de 1838 lista quatro datas de festa nacional, nas quais haveria um cortejo com a participação das principais autoridades imperiais. Estas datas são:

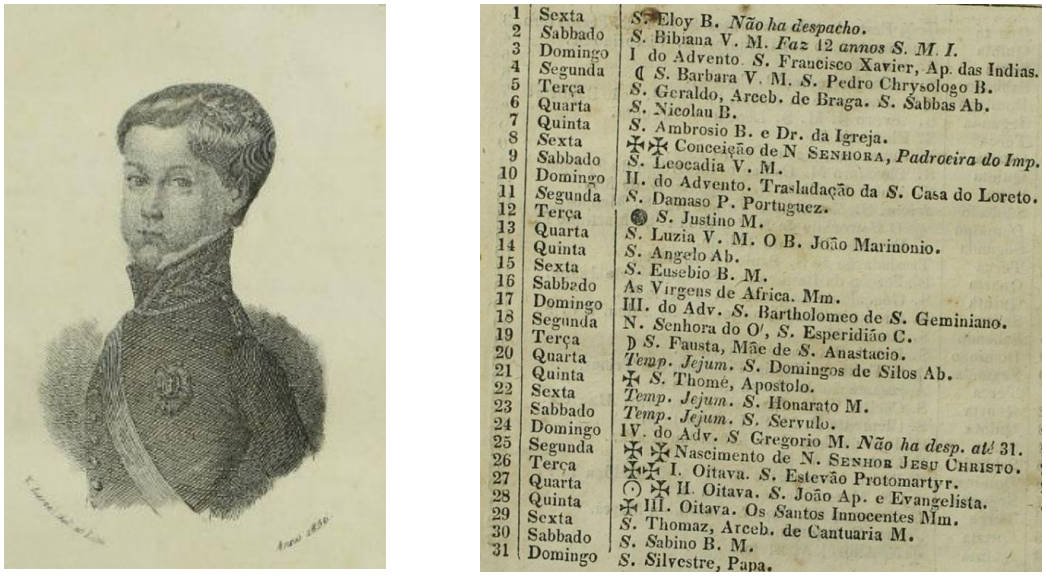
> 25 de Março – Dia em que foi jurada a Constituição Política do Império.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

7 de Abril – Dia em que foi no Campo da Honra Aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, o Senhor D Pedro Segundo.

7 de Setembro – Dia quem foi Proclamada a Independência do Brasil no Campo do Ipiranga.

2 de Dezembro – Natalício de Sua Majestade, o Imperador, o Senhor D. Pedro Segundo (Surigué, 1838: 30).



1	Sexta	S. Eloy B. *Não ha despacho.*
2	Sabbado	S. Bibiana V. M. *Faz 12 annos S. M. I.*
3	Domingo	I do Advento. S. Francisco Xavier, Ap. das Indias.
4	Segunda	☾ S. Barbara V. M. S. Pedro Chrysologo B.
5	Terça	S. Geraldo, Arceb. de Braga. S. Sabbas Ab.
6	Quarta	S. Nicolau B.
7	Quinta	S. Ambrosio B. e Dr. da Igreja.
8	Sexta	✠✠ Conceição de N. Senhora, *Padroeira do Imp.*
9	Sabbado	S. Leocadia V. M.
10	Domingo	II. do Advento. Trasladação da S. Casa do Loreto.
11	Segunda	S. Damaso P. Portuguez.
12	Terça	S. Justino M.
13	Quarta	S. Luzia V. M. O B. João Marinonio.
14	Quinta	S. Angelo Ab.
15	Sexta	S. Eusebio B. M.
16	Sabbado	As Virgens de Africa. Mm.
17	Domingo	III. do Adv. S. Bartholomeo de S. Geminiano.
18	Segunda	N. Senhora do O', S. Esperidião C.
19	Terça	☽ S. Fausta, Mãe de S. Anastacio.
20	Quarta	*Temp. Jejum.* S. Domingos de Silos Ab.
21	Quinta	✠ S. Thomé, Apostolo.
22	Sexta	*Temp. Jejum.* S. Honarato M.
23	Sabbado	*Temp. Jejum.* S. Servulo.
24	Domingo	IV. do Adv. S. Gregorio M. *Não ha desp. até* 31.
25	Segunda	✠✠ Nascimento de N. Senhor Jesu Christo.
26	Terça	✠✠✠ I. Oitava. S. Estevão Protomartyr.
27	Quarta	☉ ✠ II. Oitava. S. João Ap. e Evangelista.
28	Quinta	✠ III. Oitava. Os Santos Innocentes Mm.
29	Sexta	S. Thomaz, Arceb. de Cantuaria M.
30	Sabbado	S. Sabino B. M.
31	Domingo	S. Silvestre, Papa.

Fig. 3: Retrato do Imperador menino, D. Pedro II. Ao lado, todas as datas comemorativas para o mês de dezembro de 1838, no Brasil. O dia 2 de dezembro é marcado pelo natalício de V. Majestade, que completaria 12 anos, mas também por ser o dia em honra a Santa Bibiana. Note-se também que todos os dias do mês são consagrados a um tema religioso. Fonte: *Almanaque Geral do Império do Brasil*, 1838. Disponível em https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011715&bbm/636#page/26/mode/1up. Acesso em 29, abril, 2026.

Por alguma razão, o autor do almanaque optou por evitar relacionar o 7 de Abril ao bota-fora de Pedro I, costurando uma gambiarra que positivou o evento na pessoa de Pedro II[3]. Aceitando

3 O almanaque não está faltando com a verdade, ao dizer que houve aclamação a Pedro II, no dia 7 de Abril. Em um momento de suspense, após receber a notícia da abdicação, o general Manuel da Fonseca Lima e Silva puxou o grito de "Viva d. Pedro II" e "como por instinto, a multidão repetiu a aclamação, desfazendo a tensão da expectativa e definindo o curso da

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

essa interpretação, duas das principais datas nacionais se legitimam na pessoa do Imperador (aniversário e aclamação) e duas em acontecimentos da biografia da nação (Constituição e Independência). De modo um pouco diferente, o *Almanach da Província de Goiás*, do ano de 1866, informava que os feriados nacionais nas repartições públicas, além dos dias considerados santos, eram o 25 de Março, o 7 de Setembro e o 2 de Dezembro (Brandão, 1978: 19).

Na guerra simbólica, o 7 de Setembro teve que enfrentar duas datas relacionadas ao natalício dos imperadores: o 12 de Outubro e 02 de Dezembro. Evidentemente que ninguém cogitava em atribuir ao dia do nascimento de Pedro II a data fundadora da nação (como foi cogitado o dia do aniversário de seu pai), contudo essa data disputava a importância ritualística e festiva com o Dia da Independência, sendo que alguns lugares, como é o caso da província de Goiás, o aniversário do rei foi comemorado com mais visibilidade do que o da nação.

Em Goiás, o primeiro registro encontrado de uma comemoração do Dia da Independência foi em 1830, no arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis):

> Sempre solícitos os povos deste Arraial [...], não se devia esperar que passassem em silêncio o Aniversário da Nossa Independência e, por isso, reunidos na Matriz, que se achava elegantemente ornada, assistiram hoje um *Te Deum* [...] (Matutina Meiapontense, 7 Set. 1830, p.2).

Foi uma comemoração singela, apenas uma missa especial. Parece que a data ganhou mais impulso com a comoção patriótica gerada com a Guerra do Paraguai. No ano de 1866,

> O dia 7 de Setembro foi saudado nesta capital com o entusiasmo de um povo que sabe apreciar a independência e a liberdade. À uma hora da tarde houve cortejo à Augusta Efígie de S. M. O Imperador no palácio do governo. Este ato foi bastante concorrido e, enquanto durou, a banda de música da guarda nacional tocava o hino nacional, estando uma competente guarda de honra postada em frente ao palácio. À noite, houve iluminação quase geral (Correio Oficial, 15 Set. 1866, p. 3).

O que mais impressiona nesse relato é o fato de a data nacional ser absolutamente centralizada na figura de Pedro II. A programação do 7 de Setembro praticamente copiou a que era comumente realizada no aniversário do Imperador, inclusive o cortejo ao salão do palácio Conde dos Arcos onde estava o retrato do rei. Esse formato se repetiu nos anos seguintes, havendo uma pequena alteração em 1872. Nesse ano, a comemoração foi realizada no Teatro São Joaquim, organizada por um grupo de atores amadores da Sociedade Dramática Recreativa Nacional, que havia sido criada há alguns meses antes. A solenidade foi realizada no início da

história." (Carvalho, 2007, p. 21). Contudo, o essencial desse evento foi a rara união de povo e tropa que forçou a um Imperador com pretensões autoritárias abdicar-se do poder. O Almanaque, portanto, transformou um evento revolucionário em um evento conservador.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

noite e o teatro estava "perfeitamente decorado e iluminado"; nos camarotes estavam "a nata do belo sexo, competindo em brilho com as estrelas do firmamento" e no auditório sentaram os cavalheiros, conforme o costume da época de separar os sexos nos eventos culturais. O público estava ansioso por descobrir o que havia por trás do pano que escondia o palco. "Repentinamente, levantando-se o pano, apareceu deslumbrante a Augusta Efígie de S. M. O Imperador", enquanto a orquesta cantava o Hino Nacional. Em seguida, o presidente da província Antero Cícero de Assis dirigiu os tradicionais "vivas" à Religião, à Independência, ao Imperador, à Família Real, ao povo goiano (Correio Oficial, 14 Set. 1872, p. 4). Mudou-se da igreja e do palácio para o teatro, mas o retrato de Pedro II continuou sendo o ponto alto da solenidade.

No ano de 1887 houve uma mudança mais significativa no formato da solenidade na capital. Como nos anos anteriores, a comemoração se iniciou com o Te Deum em Ação de Graças, na igreja São Francisco de Paula, já que a Catedral estava interditada. A missa foi assistida pelas principais autoridades da província. Diferentemente de outras épocas, quando se fazia o cortejo para ver o retrato do Imperador, desta vez houve uma parada militar executada pelo Batalhão 20 de Infantaria e pelo Esquadrão de Cavalaria, que percorreram as principais ruas da cidade e se concentraram na praça em frente ao palácio provincial.

> Depois de diversas evoluções no largo do Palácio, ao mando do seu distinto comandante tenente-coronel Francisco de Assis Guimarães, foi por este levantado os vivas à Nação Brasileira, à Família Imperial e a Independência do Império, vivas estes que foram calorosamente correspondidos por toda a brigada e mais pessoas presentes, ao som do hino nacional (Correio Oficial, 10 Set. 1887, p. 1).

O desfile militar terminou com três descargas consecutivas. À noite, houve um animado baile que só terminou às 4 horas da manhã. Nesse baile, o vice-presidente, administrador em exercício da província, brindou à Nação Brasileira, à Família Imperial e à Independência do Império. Não se sabe por que a comemoração desse ano teve um caráter mais militarizado e minimizou o personalismo em torno de Pedro II. Uma possível explicação seria o fato de o vice-presidente, Brigadeiro Felícissimo do Espírito Santo, ser um militar, indicando que o desgaste desse grupo com a monarquia já se prenuciava timidamente em Goiás ou se Felicíssimo, para compensar sua discretíssima passagem pelo governo provincial, investiu todas as suas forças na efeméride.

Apesar dessa alteração na configuração, o 7 de Setembro ainda era uma data atrelada ao Regime Monárquico. Durante o período imperial, ao menos na província de Goiás, não se firmou com uma data cívica por excelência. É possível que a Bandeira Nacional estivesse presente em algumas dessas solenidades, mas ela não apareceu em nenhuma das descrições, o que indica a pouca importância que possuía como símbolo maior da pátria. Essa função era exercida pelo Imperador, que em Goiás era representado pelo seu retrato situado solenemente numa das salas do palácio, longe dos olhos da população.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A cultura abertiça e o desafio de implementação do ritualismo monárquico

Uma das características mais evidentes da concepção de tempo vigente na sociedade brasileira do século XIX é o domínio absoluto do catolicismo. Cada dia do ano era relacionado a algum personagem ou evento da história sagrada, o que indicava uma visão ritualística do calendário, no qual o passado era constantemente relembrado por meio de procissões, festas religiosas ou romarias. O santo ou santa do dia servia como inspiração para nomear coisas e gente, multiplicando os nomes de personagens e eventos sagrados entre as pessoas e os povoados brasileiros. Fortemente legitimado pela religião, o calendário regulava o trabalho, os dias e as formas de lazer, estando ligado à vida prática das pessoas.

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			1	2	3	4
			S. Eloy	S. Bibiana	S. Francisco	S. Bárbara
5	6	7	8.	9.	10.	11.
S. Geraldo	S. Nicolau	S. Ambrósio	Conceição	A. Leocádia	S. Melquiades	S. Damásio
12	13	14	15	16	17	18
S. Justino	S. Luzia	S. Agnelo	S. Eusébio	S. Adelaide	S. Lázaro	S. Glaciano
19	20	21	22	23	24	25
S. Fausta	S. Domingos	S. Thomé	S. Honorato	S. Sérvulo	S. Gregoriano	Natal
25	27	28	29	30	31	
S Marinho	S. João Evangelista	Inocentes	S. Tomás	S. Sabino	S. Silvestre	

Figura 4: Mês de Dezembro de 1886. Fonte: Elaborado a partir das informações presentes no *Almanach da Provícincia de Goiás*. Fonte: Brandão, 1978.

O calendário para o mês de dezembro de 1886 é um ótimo indicador da presença da religião no cotidiano da provincia. Certamente, o aniversário do Imperador não passaria despercebido dos grupos políticos provinciais, mas, para a maioria da população, o 2 de Dezembro era visto com dia de devoção à Santa Bibiana. A devoção à santa provavelmente era muito mais arraigada do que a comemoração do aniversário de um homem que a maioria nunca vira, mas que todos

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

reconheciam o prestígio por causa do cargo que ocupava. A vida pessoal do rei se confundia com a nação, mas era a protetora dos flagelados e dos que sentem dor que popularizava a data.

O 7 de Setembro carrega a mesma lógica de ser uma data imposta ao calendário tradicional, mas cujo estranhamento era maior, por não se tratar de algo facilmente reconhecível – como a data natalícia. Trata-se de algo bem mais abstrato, pois seria o dia destinado a comemorar o nascimento de uma nação. Depois de anos de existência dos Estados nacionais, essas datas cívicas parecem naturais, mas elas devem ter sido difíceis de serem assimiladas quando foram instauradas. Nas regiões afastadas da cabeça do império, essas efemérides tornaram-se momentos de reafirmação dos compromissos formais das elites provinciais com a figura do Imperador e, por consequência, do Estado Nacional. Elas compunham a narrativa sobre a nação, mas também funcionavam como momento de celebração à existência da região, para além do conjunto de exigências burocráticas e normativas que cercavam o cotidiano adminstrativo da provincia de Goiás, de efetivamente construir os laços da comunidade imaginada que associava a ideia de Estado Imperial e a Província.

O caráter incipiente, não-ajustado e indistinto entre as comemorações do 7 de setembro e do 2 de dezembro indicam as dificuldades de incorporação dos contornos culturais da província de Goiás aos rituais e à temporalidade do Estado Nacional em construção. Assim, em que pese o modelo de civilização imposto pelo processo de interiorização da metrópole, o mesmo foi objeto de pressões internas que ora convergiram, ora tensionaram com os interesses da cultura política local. Os vestígios das tensões internas e externas, expressos em diversas escalas e sentidos, marcam o longo século XIX goiano, que conclama o Estado a participar da construção, não mais da Nação já esboçada, desde as lutas da independência, da centralização monárquica consolidada com o golpe na maioridade e do longo reinado de Pedro II, mas da Região, ainda em rascunho, fartamente documentada na retórica dos presidentes da província (Sandes & Arrais, 2013).

Contudo, diferente do que Hendrik Kraay (2000: 47) percebeu na Bahia, onde o 2 de Julho era mais importante do que o 7 de Setembro ou qualquer outra data cívica, em Goiás não havia nenhuma efeméride comemorativa que suscitasse o orgulho regional. É que na Bahia comemorava-se a vitória sobre os portugueses, pondo fim ao maior desafio à Independência Nacional. Em Goiás, não se vislumbrou nenhum evento de tamanha repercussão, capaz de estimular um nativismo cívico. Como pudemos demonstrar, nenhuma comemoração cívica referente ao estado nacional registrava adesão popular ou engajamento nas comunidades.

Em contrapartida, são inúmeros os indícios da relação entre as festas religiosas e engajamento ritualístico popular. Nesse sentido, importa ressaltar que no século XIX foram consolidadas diversas práticas e tradições religiosas populares goianas, como a Folia de Reis, as Festas do Divino, as romarias de Muquém e de Barro Preto, entre tantas outras. Trata-se, então, de um fenômeno característico das sociedades que emergem no interior do país que, no limite, pode ser explicado pela intrínseca relação de caldos culturais distintos, mas não auto excludentes, entre um pequeno grupo encastelado nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, que construíam e cultivavam preceitos e rituais apropriados da cultura europeia, emulada pela Capital do

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Império. Por outro lado, os segmentos sociais, majoritariamente habitantes das zonas rurais, exalavam um tipo de cultura rústica, altamente homogênea, fortemente associada à transmissão de tradições e normas sociais, resiliente e adaptável em razão de sua capacidade de dar respostas às necessidades locais face às mudanças. Neste ambiente, laços familiares e o sentido de pertencimento à comunidade são fundamentais para a transmissão de valores associados à ideia de continuidade, conforme expõe a tese clássica de Radcliffe Brown (1952).

Também encontramos registros que associam fontes de lazer da população às festividades religiosas, nas quais a devoção se conciliava com a diversão. Procissões, giro de folia, fogueira de São João, combates simulados de cavalos, batuques e lundus eram algumas das diversões mais frequentes na província e registradas na documentação. Em *O Ermitão de Muquém*, Bernardo Guimarães (1858: 07) descreve os "batuques animados e estrondosos que são tão comuns nas povoações do sertão", onde "o chão tremia aos frenéticos sapateados dos dançadores", e que retumbavam "ao rumor das violas, dos pandeiros, dos adufos" e das "palmas compensadas", das "cantigas esgoeladas". O batuque ficcionalizado pelo ex-Juiz de Órfãos de Catalão também foi registrado pelo Governador Alencastre (1979), em 1862, em Porto Imperial, no sitio de Dona Inocência de Souza, onde ocorreu uma briga na qual o escravo Mateus feriu com um tiro um homem chamado João Narcizo Bispo. Já o conde de Castelnau presenciou os eventos religiosos relacionados à Semana Santa, que reunia as altas autoridades, como o presidente da província, os militares, os clérigos, os membros das irmandades e confrarias, e o povo em geral. O inglês comparou o espetáculo a uma "cena da inquisição",

> quando viu "pessoas andando de joelhos, com enormes pedras na cabeça; algumas chegavam a prostrar-se de joelhos na entrada das igrejas, pedindo ao povo que as pisasse". No Domingo de Páscoa, o conde e sua comitiva surpreenderam-se com "uma curiosa cerimônia", na qual o povo apedrejou e lançou fogo "em um manequim com forma humana" pendurado numa árvore. Tratava-se da tradicional Queimação do Judas, uma espécie de linchamento simbólico do apóstolo traidor, indicando que, na mentalidade popular, sem algum tipo de dor e violência não há expiação (Arrais & Oliveira, 2025, p.137)

Há também registros sobre os locais de romaria, como a de Nossa Senhora do Muquém, que surgiu em algum momento do século XVIII, quando alguém erigiu uma capela com a imagem de Nossa Senhora da Abadia. Em 1824, Cunha Mattos (2021, p. 155) percebeu que a romaria era frequentada "não só pelos habitantes desta província, mas ainda pelos de fora dela, que ali deixam avultadas esmolas", atraindo grande número de pessoas e negociantes do norte da província, da Bahia e de Meia Ponte. Por volta de 1890, a romaria atraia mais de 15 mil pessoas, tendo Oscar Leal relatado ter presenciado "atos de fanatismo ou bestialismo", como as "mulheres que se arrastam de joelhos" em volta da igreja ou "que carregam pedras na cabeça" (1980, p. 147-149).

Estes registros demonstram a relevância da religiosidade como mecanismo de pertencimento local, ao mesmo tempo em que ajudam a explicar a baixa adesão da população ao 7 de Setembro

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

e ao 2 de Dezembro, especialmente quando comparada às festividades de devoção ao Espírito Santo e à Nossa Senhora do Rosário.

Conclusões

O contraste entre o forte envolvimento popular nas festividades religiosas e o elitismo das comemorações do 2 de Dezembro e do 7 de Setembro é um indicador precioso que coloca em suspenso a tese de Benedict Anderson. Para o caso de Goiás e, provavelmente, outras províncias afastadas da Corte, as efemérides oficiais constituíam cerimônias alienígenas, presenciadas por uma população que não era bestializada ou bilontre, mas que pouco valor dava aos ritos da corte. Uma cultura abertiça, capaz de absorver novos ritos e personagens no interior de sua cosmovisão, sem indicar aderência aos valores que eram representados nas teatralizações realizadas pela adminstração provincial.

Por isso, as comemorações de cunho oficial, seja o aniversário do rei ou aniversário da nação, tiveram um efeito limitado na consolidação de um sentimento de integração nacional em Goiás. Foi importante para as elites goianas se manterem coesas, aceitando sem nenhum questionamento a centralização política que emanava do trono no Rio de Janeiro. Goiás foi uma das poucas províncias em que não houve movimentos de cunho separatista durante a monarquia. Por outro lado, as efemérides não se popularizaram e nem era o seu objetivo, já que, ao menos no território goiano, foram pensadas para um grupo seleto que integrava o grupo dos letrados. Entre o aniversário do Rei e o da Nação, o povo goiano preferia homenagear *seus* imperadores e rainhas, mesmo sabendo que usavam uma simples coroa de papel e não uma coroa de metal e pedras preciosas, representadas numa imagem, vista por poucos e isolada numa sala palaciana.

Referências

Alencastre, J. M. P. de. (1979). *Anais da Província de Goiás* (1863). SUDECO; Governo de Goiás.

Alimonda, H., & Ferguson, J. (2004). La producción del desierto (Las imágenes de la Campaña del Ejército Argentino contra los indios – 1879). *Revista Chilena de Antropología Visual, 4*, 1–28.

Anderson, B. R. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.

Arrais, C. A. (2022). A historiografia goiana como transgressão da experiência: Da comemoração à conciliação. In E. C. Oliveira & T. M. Vaz (Orgs.), *Goiás + 300: Reflexão e ressignificação: História* (Vol. 1, pp. 27–43). Edições Goiás.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Arrais, C. A., & Oliveira, E. C. (2025). *O século XIX em Goiás: A formação da região*. Cânone.

Assis Mascarenhas, J. (1840). *Relatório à Assembleia Provincial de Goiás*. Cidade de Goiás.

Assis, M. de. (s.d.). *Histórias da meia-noite*. LEL.

Berthet, M. L. (1820). Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. In *Memórias Goianas* (Vol. 1, p. 150). Editora da Universidade Católica.

Brandão, A. J. C. (1978). *Almanach da Província de Goiás: Ano de 1886*. Editora da UFG.

Brown, A. R. (1952). *Structure and Function in Primitive Society: Essays and Addresses*. Free Press.

Callari, C. R. (2001). Os Institutos Históricos: Do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História, 21*(40), 59–83.

Carvalho, J. M. de. (2007). *D. Pedro II: Perfis brasileiros*. Companhia das Letras.

Carvalho, J. M. de. (2022). *A construção da ordem: A elite política imperial*. Civilização Brasileira.

Costa, T. M. V. (2021). Ilustres sertanejos: Famílias do Brasil Central na coroação de Dom Pedro II. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens, 6*(2), 250–270.

Cunha Mattos, R. J. da. (2004). *Itinerário: Do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Instituto Cultural Amilcar Martins.

DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco.

Elias, N. (1998). *Sobre o tempo*. Jorge Zahar.

Fairbank, J. K., & Goldman, M. (1998). *China: A New History*. Harvard University Press.

Farias Júnior, J. P., & Guimarães, S. (2020). Manuais de ensino de História oitocentistas: Reflexões sobre o cristianismo na história escolar no Império do Brasil. *Cadernos de História da Educação, 19*(3), 817–836. https://doi.org/10.14393/che-v19n3-2020-10

Guimarães, B. (1858). *O ermitão de Muquém*. Fundação Biblioteca Nacional.

Hobsbawm, E. (1988). *A era dos impérios*. Paz e Terra.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Hobsbawm, E. (2009). *A era do capital (1848–1875)*. Paz e Terra.

Kraay, H. (2000a). A invenção do Sete de Setembro (1822–1831). *Almanack Brasiliense, 11*, 52–61.

Kraay, H. (2000b). Entre o Brasil e a Bahia: A comemoração do 2 de Julho em Salvador, século XIX. *Afro-Ásia, 23*, 47–86.

Leite de Moraes, J. de A. (1882). *Apontamentos de viagem*.

Lyra, M. de L. V. (1995). Memórias da Independência: Marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História, 15*(29), 173–206.

Meisner, M. (1999). *Mao's China: A History of the People's Republic*. Free Press.

Moraes, C. de C. (2012). *Do corpo místico de Cristo: Irmandades e confrarias na Capitania de Goiás (1736–1808)*. Editora UFG.

Narita, F. Z. (2017). *Religião e moral na formação do Império brasileiro: O problema da elaboração da sociedade nacional*. Paper apresentado no IESP-UERJ.

O Goyaz. (1885, 12 dezembro), p. 1.

Oliveira, M. S. de. (1988). Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos, 1*(1). https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935

Oliveira Souza, F. J. (2008). Religião e política no Primeiro Reinado e Regências: A atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro. *Almanack Braziliense, 8*. https://revistas.usp.br/alb/pt_BR/article/view/11700/13471

Passetti, G. (2012). *Indígenas e criollos: Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852–1885).* Alameda.

Pereira da Cunha, A. A. (1857). *Relatório ao vice-presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira*. Cidade de Goiás.

Pohl, J. E. (1976). *Viagem no interior do Brasil*. Editora Itatiaia; Editora da USP.

Reis, J. J. (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP, 28*.

Rodrigues Jardim, J. (1841). *Relatório à Assembleia Provincial de Goiás*. Cidade de Goiás.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Sandes, N. F. (2000). *A invenção da nação: Entre a Monarquia e a República*. Editora da UFG.

Sandes, N. F., & Arrais, C. A. (2013). História e memória em Goiás no século XIX: Uma consciência da mágoa e da esperança. *Varia Historia, 29*(51), 847–861. https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300010

Santirocchi, Í. D. (2018). Reformas da Igreja em contraposição: O pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). *Itinerantes. Revista de Historia y Religión*, 65–90. https://revistas.unsta.edu.ar/index.php/Itinerantes/article/view/44

Schwarcz, L. M. (2001). *O Império em procissão: Ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Jorge Zahar.

Schwarcz, L. M. (2009). *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. Claro Enigma.

Souza, I. L. C. (1999). *Pátria coroada: O Brasil como corpo político autônomo (1780–1831).* UNESP.

Surigué, S. F. (1838). *Almanak Geral do Império do Brasil*. Tipografia Comercial Fluminense.

Turner, F. J. (1893). The significance of the frontier in American history. *Annual Report of the American Historical Association*, 199–227. https://www.historians.org/resource/the-significance-of-the-frontier-in-american-history/

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Professor titular de Teoria da História na Universidade Federal de Goiás, atuando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da mesma Instituição. Coordenador de diversos Programas de Cooperação internacional (CAFP/CAPES/SPU 2014-2018; PECI-CNPq 2024-2027; Rede Gaia – CAPES-Global.edu - Eixo 3: "Equidade, Diversidade e Redução das Desigualdades" - 2026-2030). Pesquisador visitante na UNJu (Argentina, 2016), UDELAR (Uruguai, 2022, 2025) e UBA (Argentina, 2025). Lider do Grupo de Pesquisa "Fórum de Teoria da História (2023). Coordenador do PPGH (2024-2026) e integrante do Grupo Diversidade das Culturas. Vem contribuindo de modo ininterrupto com produções nas áreas de Teoria e Filosofia da História, História da Historiografia e História do Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. cristiano_arrais@ufg.br